

---

## Desafios da intervenção sociológica em prol da inclusão social<sup>1</sup>

*Paula Guerra<sup>2</sup> e Rui Santos<sup>3</sup>*

### Resumo

Neste artigo, iremos apresentar algumas reflexões em torno do papel da sociologia enquanto disciplina facilitadora de dinâmicas de desenvolvimento locais integradas e de trabalho em rede, tomando como palco de reflexão a realidade local de Santo Tirso, nomeadamente através dos contributos da implementação do Programa Rede Social no concelho. Assim, iremos demonstrar iniciativas, procedimentos e incursões metodológicas que demonstrem a intervenção em prol da coesão social e da inclusão levadas a cabo por uma matriz disciplinar comum, resultante de uma partilha de experiências em constante reestruturação.

A abordagem que pretendemos fazer centra-se na mediação dos sociólogos na eliminação dos mecanismos de pobreza e de exclusão social, quer através da cooperação entre o sectores público e privado, quer através da acção multisectorial no quadro de uma perspectiva integrada, quer, ainda, através da participação e co-responsabilização dos grupos e comunidades locais, no sentido de activarem os seus recursos e potencialidades, autonomizando-se dos processos de desqualificação de que são alvo. Para além de alguns contributos teóricos, pretendemos demonstrar alguns indicadores do trabalho em rede e a consequente intervenção da Sociologia enquanto disciplina facilitadora desse mesmo trabalho, tendo como pano de fundo a realidade do concelho de Santo Tirso, designadamente a implementação do Programa Rede Social.

O Programa Rede Social cuja génese se constitui, por excelência, na metodologia de trabalho em rede, concebendo a inserção social e o combate à pobreza e à exclusão como um processo planeado, é, como tal, receptáculo e, simultaneamente, gerador das dificuldades e potencialidades das redes sociais enquanto processos de trabalho no domínio do desenvolvimento social. É pertinente, por isso, enunciar algumas daquelas dificuldades e potencialidades, consideradas mais comuns neste tipo de trabalho.

Assim, e decorrente do accionamento do Programa Rede Social, as principais dificuldades são: (i) as de carácter estrutural, relacionadas com a organização (difícil consenso, tensões, incompreensões e constrangimentos); (ii) as de carácter cultural ou de contradições do sistema (é difícil compatibilizar os vários universos simbólicos em presença), (iii) as de carácter funcional (ao nível da gestão de recursos humanos, gestão do tempo, gestão dos recursos materiais, gestão de estratégias e metodologias, gestão da gestão e gestão da avaliação); (iv) as de carácter psicossocial (experiências profissionais de difícil adaptação ao contexto das redes). A comunicação aberta e as atitudes de escuta aberta e de reflexividade no seio das redes devem permitir ultrapassar estas dificuldades.

É preciso que se faça, permanentemente, a análise de redes, dos seus processos e do desdobramento teórico-prático do trabalho<sup>4</sup>. O assistencialismo é uma prática cultural fortemente enraizada, tanto nas lógicas sociais das populações excluídas, como nas das

---

<sup>1</sup> O presente artigo constitui uma versão devidamente fundamentada e actualizada de uma comunicação apresentada no V Congresso Português de Sociologia, realizado em Braga, no mês de Maio de 2004.

<sup>2</sup> Socióloga, docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>3</sup> Sociólogo, técnico superior de Sociologia da Câmara Municipal de Santo Tirso. Programa Rede Social. Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>4</sup> Cfr. *Redes Locales Frente a la Violencia Familiar - Série: Violencia Intrafamiliar y Salud Publica*. Documento de Análise n.º 2. La Asociación de Solidaridad para Países Emergentes (ASPEM) / OPAS, Perú, Junho de 1999.

populações incluídas, cujo combate não tem necessariamente a ver com a definição de políticas renovadas em prol da participação cívica<sup>5</sup>, assim, “(...) do lugar dos integrados, os excluídos tendem historicamente, a ser avaliados com medo, com pena, ou com uma combinação dos dois sentimentos. Mais raramente se poderá falar de solidariedade”<sup>6</sup>.

Esta prática reproduz situações de dependência e não potencia a emergência de projectos de vida autónomos por parte dos habitantes. Este padrão cultural de relacionamento com o excluído, com o pobre, está directamente relacionado com as possibilidades de classificação das classes incluídas/‘dominantes’ e com a reprodução temporal dessas mesmas possibilidades que se estende para além dos projectos e das políticas.

A dinamização local, o partenariado, a contratualização só se conseguem efectivar em sociedades com altos níveis de organização da sociedade civil. O que foi dito anteriormente não pretende invalidar a existência de associativismo activo e participante em determinados espaços desqualificados, mas afirma-se mais enquanto traço geral. Ainda em termos de envolvimento associativo de base local, é importante considerar-se que ele tende a ser maior e mais intenso em relação a determinadas camadas da população não tão desintegradas e excluídas, reproduzindo e cristalizando situações de apatia e de atomização previamente existentes, acentuando lideranças e criando “imagens desfocadas” de participação<sup>7</sup>.

A complexidade da realidade social e a análise interdisciplinar atrás referidas enformam o papel do facilitador na montagem de estratégias em rede em prol da coesão social. A formação disciplinar da Sociologia afigura-se central no desempenho dessas funções e é o sociólogo quem muitas vezes as assume. A experiência adquirida na implementação da Rede Social de Santo Tirso leva-nos a afirmar três grandes linhas de intervenção dos sociólogos em processos de planeamento estratégico de combate à pobreza e à exclusão social:

(i) Avaliar as respostas institucionais e comunitárias existentes, no sentido de perspectivar e rentabilizar horizontes mais concertados de integração social;

(ii) Aferir acerca da pertinência da diversidade de situações de exclusão e de vulnerabilidade social, tendo como objectivo esboçar um quadro o mais fidedigno possível de situações sociais e da sua própria especificidade, permitindo, por esse meio, uma intervenção mais eficaz do ponto de vista social;

(iii) Elaborar um plano de intervenção em termos de orientações de políticas sociais e respectiva programação no tempo e espaço, concertando actividades e priorizando intervenções, tendo em vista a dinamização da rede de apoio local em termos de integração social, através da aposta em novas metodologias, novos grupos-alvo, novas temáticas, e promovendo um esforço concertado em favor de uma estratégia de desenvolvimento local integrada.

Quando se depara com uma determinada realidade, tendo em vista o seu planeamento eficaz para o desenvolvimento social, o sociólogo tem, em primeiro lugar, de efectuar um diagnóstico dessa realidade, para sobre ela poder incidir um conjunto adequado de acções a desenvolver. Num período em que o nosso país atravessa uma filosofia de sociedade em rede, são muitas vezes as próprias intuições que impedem a sua concretização. Sem pretensões de inferir para outras realidades o que encontramos em Santo Tirso, importa apresentar alguns estrangulamentos com que nos tivemos de confrontar aquando da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Social para o concelho.

Assim, de forma genérica, o contexto institucional concelhio revelou:

(i) Insuficiente sensibilização para as potencialidades do trabalho em parceria;

---

<sup>5</sup> Cfr. Guerra, Paula, “Recomposição social e espacial do tecido urbano portuense. O Bairro do Cerdo no Porto enquanto espaço de análise”, in *III Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Fevereiro de 1996, Oeiras, Celta Editora, 2000 (cd-rom).

<sup>6</sup> Almeida, João Ferreira de, “Integração social e exclusão social: algumas questões”, in *Análise Social*, vol. XXVIII, n.ºs 123-4, 1993, p. 830.

<sup>7</sup> Cfr. Guerra, Paula, *Art. Cit.*

- (ii) Desconhecimento da metodologia participativa de projecto, resultando na difícil operacionalização eficaz dos princípios e da metodologia de implementação da Rede Social;
- (iii) Escasso conhecimento e sensibilização para a necessidade de criação de instrumentos de planeamento da intervenção social;
- (iv) Insuficiente conhecimento integrado dos problemas sociais do concelho;
- (v) Dificuldade em realizar uma intervenção integrada e sustentada por parte das instituições.

Não se trata de sensibilizar os técnicos locais para a necessidade de uma intervenção em rede, até porque a existência de outras parcerias (de nível nacional, como por exemplo a do Rendimento Social de Inserção e a da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens) têm vindo já a prestar importantes serviços à comunidade local. Antes, interessa inculcar nas pessoas e nas instituições responsáveis qual a forma mais adequada de trabalhar em rede, não apenas de forma integrada e sustentada, mas também numa perspectiva futura de resolução dos problemas, evitando mecanismos de protagonismos individuais em proveito do bem-estar das populações.

A debilidade de uma visão integrada da intervenção e planeamento sociais conduz a um não menos eficaz sistema de informação concelhio, que possibilitaria o cruzamento de informações fundamentais para o combate à pobreza e à exclusão. Embora na realidade tiremos este facto não seja demasiado notório, detectamos, nalguns casos, ao nível da recolha e análise de informação, o seguinte:

- (i) Dasagregação insuficiente da informação ao nível do concelho (e particularmente ao nível das freguesias) e utilização de critérios de registo distintos, dificultando ou não permitindo análises comparativas;
- (ii) Informação dispersa, desarticulada e desactualizada;
- (iii) Ausência ou insuficiência de hábitos de registo do trabalho desenvolvido por parte das entidades;
- (iv) Dificuldade da obtenção de resposta por parte das entidades às solicitações de dados devido a uma insuficiente, ou mesmo inexistente, sistematização dos mesmos.

Deve registar-se ainda uma insuficiência e dasadequação de alguns agentes sociais envolvidos ao nível dos conhecimentos técnico-metodológicos para a elaboração do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social, os quais, paralelamente, não demonstraram grande disponibilidade para participar em acções de formação orientadas neste sentido.

Quando se trata de analisar o papel da Sociologia na temática da inclusão social somos forçosamente remetidos para uma abordagem multidimensional. Ao contrário de outras áreas disciplinares de fácil visibilidade, a Sociologia tem o desafio acrescido de fazer com que seja reconhecido um trabalho que não é palpável em termos de produto final, em termos de efectivo combate à pobreza e à exclusão social ou, se preferirmos, em prol da inclusão social.

Do ponto de vista do trabalho da Sociologia, estamos, sem espaço para grandes dúvidas, perante uma disciplina facilitadora de dinâmicas de desenvolvimento locais integradas, tal como se tem vindo a verificar na implementação da Rede Social do Concelho de Santo Tirso. Facilitadora, na medida em que tem subjacente um suporte técnico-metodológico, cada vez mais aplaudido pelos responsáveis políticos, capaz de consolidar esforços em torno de um forte trabalho de base e de uma parceria voltada para um objectivo claro: o desenvolvimento sustentado e sustentável de uma comunidade.

Essa vocação facilitadora, contudo, não é clara aos olhos do cidadão comum. Aquilo que efectivamente interessa às populações mais carenciadas são medidas que lhes permitam usufruir do pleno exercício do direito à cidadania, medidas que lhes permitam sair da condição precária que têm na sociedade – como acontece, por exemplo, com os desempregados e com as mulheres domésticas –, medidas que lhes permitam ter um final de

vida digno de quem já muito deu à sociedade – como acontece com os idosos isolados e com baixas pensões de reforma –, enfim, medidas que façam com que os ideais de um estado democrático ganhem sentido nas suas vidas. É isto que as populações realmente esperam de quem elegem para os representar no poder local. A Sociologia não lhes pode dar isto mas contribui de forma decisiva no processo que leva à aplicação de tais medidas.

Indo para além de uma visão meramente politizada da realidade, que tem objectivos claros de reprodução simbólica do poder, para a implementação da Rede Social de Santo Tirso foram accionados um conjunto de técnicas de investigação sociológica, de articulação e participação que têm por objectivo permitir a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Social realista, que permita definir acções concretas para resolução dos problemas diagnosticados com vista ao alcance de um impacto junto das populações desfavorecidas. Não chega levar a cabo as tradicionais acções de sensibilização ou a simples criação de grupos de trabalho que não vão trazer mais-valia à realidade social do concelho. Pretende-se elaborar um plano que, de facto, conduza a um desenvolvimento local efectivo, ainda que isso implique dar passos mais curtos do que os que desejáveis, mas claramente mais seguros.

O papel marcante da Sociologia em prol da inclusão social prende-se, pois, em grande medida, com o método utilizado, que incute rigor científico às propostas e conclusões traçadas. Os tradicionais inquéritos por questionário, as entrevistas, a análise de conteúdo, a análise documental, os grupos temáticos de discussão, os recentemente denominados *focus-group* e as reuniões com os parceiros da Rede Social de Santo Tirso afiguraram-se procedimentos cruciais para a prossecução dos objectivos a que a Sociologia se propõe atingir.

O que se pretende com uma intervenção eficaz no âmbito desta disciplina passa por contrariar a tendência observada. O trabalho em rede e o planeamento estratégico em prol da coesão social não é possível unicamente com a boa vontade dos técnicos; é necessário um suporte disciplinar que favoreça a complexificação da realidade social para uma posterior desmistificação da mesma, através da compreensão dos problemas que afectam a comunidade mais desfavorecida e do conseqüente plano de acção.

À Sociologia cabe, então, o papel invisível de colocar à disposição dos responsáveis políticos instrumentos de trabalho que lhes permitam agir em função do combate à pobreza e à exclusão social; ou seja, a Sociologia tem por missão ancorar técnica e cientificamente o trabalho de interacção entre uma autarquia e a sua comunidade.

Mais uma vez a Sociologia aparece como disciplina facilitadora: o recurso a técnicas de recolha de informação qualitativas possibilita a articulação entre os diferentes agentes sociais e uma planificação integrada e participada das respostas a considerar para a inclusão social.

No âmbito da Rede Social, não só em Santo Tirso, mas também noutros concelhos do país onde o mesmo programa está a ser implementado, os sociólogos têm vindo a ser recrutados para coordenar aquela que pretende ser a “mãe das parcerias”, numa tentativa de racionalização e potenciação dos recursos existentes em cada realidade local. As competências profissionais dos sociólogos e o papel que a Sociologia pode desempenhar no favorecimento efectivo das populações carenciadas são cada vez mais reconhecidas pelas entidades empregadoras, em especial pelas autarquias que querem ir para além do mero assistencialismo que tem caracterizado a política social em Portugal. Não se trata de negar a importância que o assistencialismo assume em algumas situações pontuais; trata-se, antes, de preparar o futuro de pessoas que, pelas características que lhes são inerentes, tendem a reproduzir a sua situação precária de sobrevivência.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, João Ferreira de, “ Integração social e exclusão social: algumas questões”, in *Análise Social*, vol. XXVIII, n.ºs 123-4, 1993.
- CASTRO, José Luís (2000) – *Rede Social*, Lisboa, PROFISSS.
- CHAMPAGNE, Patrick (1998), “A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas”, in Champagne, Patrick e Outros, *Iniciação à Prática Sociológica*, Petrópolis, Editorial Vozes.
- CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE SANTO TIRSO (2003) – *Pré-diagnóstico Social. Concelho de Santo Tirso*, Policopiado, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso.
- (2004) – *Diagnóstico Social, Concelho de Santo Tirso*, Policopiado, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso.
  - (2005) – *Plano de Desenvolvimento Social, Concelho de Santo Tirso*, Policopiado. Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso.
  - (2005) – *Plano de Acção, Concelho de Santo Tirso*, Policopiado, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso.
- Esteves, António Joaquim (1987) – “A Investigação-acção”, in Silva, Augusto Santos; Pinto, José Madureira, orgs. – *Metodologia em Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Guerra, Paula (2002) – *A cidade na encruzilhada do urbano*, Policopiado, Provas de aptidão pedagógica e científica, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- (2000) “Recomposição social e espacial do tecido urbano portuense. O Bairro do Cerdo do Porto enquanto espaço de análise”, in *III Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Fevereiro de 1996, Oeiras, Celta Editora, (cd-rom).
- Igea, Delio Del Rincón e Outros (1995), *Técnicas de Investigación en Ciencias Sociales*, Madrid, Dykinson.
- INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2002) – “A nova era das políticas sociais activas” in *Pretextos*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social; Ministério da Segurança Social e do Trabalho. N.º 9 (Fevereiro).
- (2002) – “Participação activa”, in *Pretextos*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social, Ministério da Segurança Social e do Trabalho, N.º 10 (Abril).
  - (2002) – *Plano de Desenvolvimento Social: rede social*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social.
  - (2001) – “Parcerias” in *Pretextos*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social; Ministério do Trabalho e da Solidariedade, N.º 8 (Dezembro).
  - (2001) – *Programa Rede Social*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social.
  - (2000) – “Rede Social” in *Pretextos*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social, Ministério do Trabalho e da Solidariedade. N.º 2 (Dezembro). ISSN 0874-9698.
- Lenoir, Remi, “Objecto sociológico e problema social”, in Patrick Champagne e Outros, *Iniciação à Prática Sociológica*, Petrópolis, Editorial Vozes, 1998.
- PACHECO, Inês (1999) – *Diagnóstico Social*. Lisboa: PROFISSS. ISBN 972-8559-25-9.
- QUATERNAIRE PORTUGAL, S.A. (1999) – *Plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Ave 2000-2007*. Porto: Quaternaire Portugal, S.A..
- (1998) – *Trabalhos preparatórios do congresso e do plano estratégico do Vale do Ave*. Texto de apoio ao grupo de trabalho sobre «dinâmicas de inserção social». 19 de Novembro de 1998. Porto: Quaternaire Portugal, S.A..

*Redes Locales Frente a la Violencia Familiar – Série: Violencia Intrafamiliar y Salud Publica.*  
Documento de Análise n.º 2. La Asociación de Solidaridad para Países Emergentes (ASPEm)/OPAS, Perú, Junho de 1999.

RUIVO, Fernando (2000) – *Poder local e exclusão social: dois casos de organização local da luta contra a pobreza.* Coimbra: Quarteto Editora. ISBN 972-8535-09-0.

SANTOS, Rui (2001) – *A diversidade da pobreza na cidade da Maia: o confronto das representações sociais com as práticas institucionais de combate à pobreza e à exclusão: o caso do bairro do Sobreiro.* Policopiado. Seminário de investigação da licenciatura em Sociologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SANTOS, Sónia; SANTOS, Maria Emília (1999) – *Diagnóstico social.* Módulos PROFISSS. Lisboa: Instituto de emprego e Formação Profissional e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. ISBN 972-8559-60-7.

SIQUEIRA, Holgónsi (2004) – Sociedade em rede: conexões e desconexões. *Jornal «A Razão».* 1 de Julho de 2004.

SOARES, Martins; TRIGO, Fernando; PEREIRA, Jerónimo, coords. (2000) – *Plano Estratégico. Vale do Ave: 2000-2006.* Associação de Municípios do Vale do Ave.